

## **Localismos, mitologias e banalizações na discussão do processo de desenvolvimento**

*Carlos Antônio Brandão*

### **RESUMO**

Este ensaio apresenta uma contraposição crítica a um conjunto da literatura atual sobre o processo de desenvolvimento que sugere que estaríamos vivendo a possibilidade de consolidar um novo padrão de desenvolvimento, construído totalmente no âmbito local. São apontados os limites teóricos dessa “endogenia exagerada” e ressaltadas as determinações mais profundas deste processo, segundo a ótica da economia política do desenvolvimento. Finalmente, são analisadas as condicionantes históricas, postas sobretudo em sociedades heterogêneas como a brasileira, para se implementar políticas locais.

A crescente internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos do capital mundializado, de um modo geral, debilita os centros nacionais de decisão e comando sobre os destinos de qualquer espaço nacional. No caso específico dos países continentais, desiguais e com marcantes heterogeneidade estruturais (produtivas, sociais, regionais), como o Brasil, esta situação se revela ainda mais dramática, ensejando um processo de agudização das marcas históricas do subdesenvolvimento desigual, excludente e segregador. Uma das primeiras manifestações desta desconstrução nacional se revela no esgarçamento do pacto federativo, desorganizando as articulações entre o poder central e os poderes locais/regionais.

Neste contexto, muitos proclamam que bastaria cumprir as “exigências” da globalização, deste novo imperialismo da “partilha dos lugares eleitos”, se ajustando, adaptando e submetendo a esta “fatalidade”, para se tornar um espaço receptivo e conquistador da confiança dos agentes econômicos mais poderosos. Negando completamente a natureza das hierarquias (impostas em variadas escalas) de geração e apropriação de riqueza, segundo este “pensamento único” que invade o debate do desenvolvimento regional e local na atualidade, teria ocorrido o fim das escalas intermediárias (e das mediações) entre o local e o global. Assim, “o local pode tudo”, e frente à crescente “sensibilidade do capital às variações do lugar”, bastaria se mostrar diferente e “especial”, propagandeando suas vantagens comparativas de competitividade para ter garantida sua inserção na modernidade. Essa luta dos lugares para realizar a melhor “venda da região ou da cidade”, com a busca desenfreada de atratividade a novos investimentos, melhorando o clima local dos negócios, subsidiando os custos tributários, logísticos, fundiários e salariais dos empreendimentos, tem conduzido a um preocupante comprometimento a longo prazo

das finanças locais e negligenciado cabalmente as questões estruturais do país e de todas as suas regiões.

Entendemos que o enfrentamento a esta visão, hoje hegemônica, passaria pela discussão de propostas alternativas e pelo tratamento adequado da articulação de todas as escalas geográficas.

Procuraremos apresentar, neste breve ensaio, uma crítica a um conjunto da literatura que sugere que estaríamos vivendo a possibilidade de consolidar um novo padrão de desenvolvimento, construído totalmente no âmbito local.

O espaço local e regional tudo pode, segundo esta posição que atualmente domina o debate, posto que “o âmbito urbano-regional é hoje o ‘marco natural’ da atividade econômica. É mais que a empresa, cada vez mais dependente de seus entornos e das sinergias deste; é mais que o Estado-nação, desbordado pelos processos de globalização e menos capaz de articular-se com a diversidade dos atores econômico-sociais privados” (Borja & Castells, 1997: 250). Uma grande parte desta produção intelectual exagera na capacidade endógena de uma região engendrar um processo virtuoso de desenvolvimento sócio-econômico, replicar as características exitosas de outros casos e, dessa forma, acaba por subestimar os enormes limites colocados à regulação local. Estes autores exaltam os sistemas de colaboração e as redes de compromisso armadas no local, com grande unidade de propósitos e lealdade entre os agentes inseridos em uma coletividade consorciada. Boa parte desta literatura acaba sendo pouco mais do que uma lista de descrições que saúdam, segundo Amin & Robins (1994: 79), o “fim da centralização, da concentração, da massificação e da estandardização e [a vitória] de uma utopia antifordista, caracterizada pela flexibilidade, pela diversidade e, em termos espaciais, pelo localismo”.

Ressaltou-se em vários estudos o papel das aglomerações, enquanto complexos produtivos territorializados capazes de germinar densidade social cooperativa específica e buscou-se perceber o processo de aprendizagem e de aquisições diferenciais vantajosas em acúmulo coletivo, possibilitados pela proximidade física e pelo exercício de criatividade e de geração e apropriação de sinergias coletivas. Caberia lembrar que, da mesma forma que na literatura internacional, estes trabalhos muitas vezes resvalaram por apresentar uma tamanha dimensão de identidade e de “tendência combinatória” dos atores de um dado *milieu*, que exageram a harmonia de interesses, quase uníssonos, daquela porção do território.

Muitas das diversas abordagens de *clusters*, sistemas locais de inovação, incubadoras, distritos industriais, etc. possuem tal viés. A banalização de definições como “capital social”, “economia solidária e popular”; o abuso na detecção de toda sorte de empreendedorismos, voluntariados, microiniciativas, “comunidades solidárias”; a crença em que os formatos institucionais ideais para a promoção do desenvolvimento necessariamente passem por cooperativas, agências, consórcios, comitês...Esquematicamente, podemos afirmar que boa parte desta copiosa literatura, em certa medida, se filia a uma interpretação orientada por (e que coloca grande ênfase em) algumas das categorias, conceitos e noções listadas à direita do quadro abaixo.

<b>“Divisão Social do Trabalho”</b>	<b>“Desenvolvimento Local/Endógeno”</b>
1. Relações Mercantis	1. Relações de Reciprocidade
2. Sociedade	2. Comunidade
3. Classes Sociais	3. Atores, Agentes
4. Capital (suas frações) X Trabalho	4. “Capital Social”
5. Propriedade dos Meios de Produção	5. “Agenciamento de Habilidades” para “federar a produção”
6. Relações Mercantis	6. Relações de Reciprocidade
7. “Mundo do Trabalho”	7. Recursos Humanos e sua empregabilidade
8. Estado	8. Mercado
9. Ação Pública	9. “Iniciativa Privada” e “Parcerias Público-Privadas”
10. Coerção da Concorrência	10. Cooperação
11. Fatores “exógenos” e macroeconômicos” são fundamentais e determinantes (câmbio, juros, fisco, regulação do mercado de trabalho, monetários, financeiros, fundos públicos, etc.)	11. Fatores Endógenos e “microeconômicos” do ambiente sinérgico são determinantes.
12. Padrões Concorrenciais comandados por Oligopólios	12. Micro e Pequenas Empresas e Empresas em Rede
13. Estruturas Produtivas	13. Economia “dos serviços”, pós-industrial, pós-fordista e de acumulação flexível.
14. Poder; Hegemonia	14. Atmosfera
15. “Bloco Histórico”	15. “Espírito Empreendedor”
16. Divergência, Diversidade, Assimetrias	16. Convergência
17. Equidade	17. Eficiência
18. Pouca capacidade de Regulação local pois o Centro de Decisão está no Centro	18. <i>Governança Local</i>
19. Ética	19. Estética

Esta “endogenia exagerada” das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem auto-controle sobre o seu destino, e procura promover sua *governança* virtuosa lugareira. Classes sociais, ação pública, hegemonia, etc. seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado.

O certo é que a capacidade de ter centros de controle e de decisão internos à localidade, tendo por base a própria dinâmica endógena é bastante questionável. Qualquer embate com estas visões ingênuas e voluntaristas deve partir das determinações mais profundas de um regime social de produção – capitalismo - que necessariamente leva às últimas conseqüências a mercantilização e o aprofundamento

recorrente da divisão social do trabalho em todas as possíveis dimensões temporais e escalas espaciais.

Assim, tomando qualquer elemento que se encontra à esquerda no quadro acima é possível destruir os argumentos da regulação localizada. Um bom exemplo seria lançar mão de uma boa concepção de concorrência e de estruturas de mercado.

Tomemos qualquer referência teórica não baseada em decisões racionais atomista.

Uma insuspeita como de Perroux (1964), por exemplo, que teoriza a complexidade do ambiente institucional regional, discute a força, o poder e a coação exercidas pelas unidades oligopólicas dominantes, e coloca a ênfase nos processos de “dissimetria e irreversibilidade constitutivas do efeito de dominação que estão em oposição lógica com a interdependência recíproca e universal”. Critica os pesquisadores que querem “reduzir ao mercado e regimes de mercado formas de relações que estão para além deles” e apresenta uma boa concepção da concorrência, compatível com a visão marxiana, como um processo coercitivo e de pressões sobre as unidades de decisão capitalistas: “Estas competições coletivas, assim como a concorrência entre as empresas são de natureza agressiva. O melhor, o mais forte pretende levar a melhor sobre o seu rival, luta contra ele no âmbito dum conjunto onde se propagam as inovações, o investimento adicional e o produto adicional. Esta propagação não é espontânea, uniforme ou mecânica; os seus progressos e resultados dimanam do conflito dos projetos concebidos por agentes desiguais. (...) é o contrário do desenvolvimento espontâneo dos eventos econômicos e da espontânea transformação das estruturas; os programas estabelecidos por grandes unidades, desejosos de ganhar à custa uma das outras, não podem realizar-se simultaneamente, e acima deles tem de intervir uma arbitragem”.

Seria preciso uma boa abordagem de estruturas de mercado (Tavares, 1974), que pense os problemas de acumulação oligopólica, ainda mais em estruturas de economias “semi-industrializadas” e não apenas repetisse, a todo momento, que se trataria agora de uma acumulação flexível de capitais sem escala e porte. Ora, qualquer “sistema produtivo”, que se monte em qualquer escala, estará envolvido em um ambiente de articulação oligopólica, sob dominância do capital financeiro, e submetido a uma dinâmica intersetorial específica, comandada, em última instância, por gigantescos blocos de capital e sujeito a barreiras à entrada nos setores-chave, a economias de escalas, a subutilização de capacidade ociosa, etc.

Os estudos localistas avaliam as vantagens aglomerativas e de proximidade como fontes de conhecimento e aprendizagem, enraizadas naquele território singular, criando, com suas investigações, listas *ad hoc* dos ativos, capacitações, normas, rotinas e hábitos, todos devidamente *region-specific*. Muitos destes trabalhos negligenciam que o comando maior destes processos está fora do espaço sob análise.

Além disso, segundo esta literatura, neste ambiente portador do “novo desenvolvimento”, o esforço cívico e o engajamento solidário-associativista passam ao largo de um Estado que se apresenta apenas enquanto um “voyeur” das vontades de produzir vantagens comparativas e sinergias localizadas e, por vezes, de alguma rede de filantropia para os excluídos do processo de “seleção natural”.

As regiões se transformam em ofertantes de plataforma e de “meio ambiente” para atrair investimentos, não importando sua articulação com sua própria hinterlândia. “Isto envolve geralmente guerras fiscais competitivas entre vários lugares, isto é, **torneios locais**, especialmente orientados para atrair novas plantas (...) enquanto vários grupos da vizinhança se encontram excluídos de qualquer benefício da operação” (Scott, 2001: 15).

Apesar de todos os esquemas de transmissão, dos “saberes” codificados e dos processos de extração e de apropriação de externalidades positivas do entorno e da vizinhança, exaltados nesta literatura, o exame de diversas experiências vai mostrar que, mesmo com a integração das cadeias produtivas e um “programa de acumulação comum”, muitas vezes não se logrou fortalecer as economias locais e regionais, em que prosperam áreas restritas, simples focos de prosperidade, engendrando soluções parciais para aquela região.

Uma rápida análise das mudanças regionais no Brasil dos anos 90 ilustra esta fragilidade das saídas localistas em um ambiente nacional de paralisia econômica.

Poucas estruturas produtivas regionais no Brasil possuem capacidade de transformar as suas melhores posições internacionais em encadeamentos (para trás e para a frente) virtuosos e internalizados à sua economia doméstica. Um bom exemplo é o da economia gaúcha que buscou competitividade internacional e acionou suas especializações em calçados, máquinas agrícolas, etc., gerando efeitos multiplicadores e aceleradores internos à economia regional.

No Brasil nos anos 90, grosso modo, ocorreu uma re-especialização em *commodities*

minerais, mínero-metarlúrgicas, siderúrgicas, agrícolas e agroindustriais. Sua competitividade se encontra crescentemente ancorada em economias de escala e em energia, mão-de-obra e recursos naturais baratos, ou seja, em vantagens competitivas espúrias, ajudadas por incentivos fiscais e apoiadas em políticas de atração de investimentos a qualquer custo. Inúmeros são os exemplos, com destaque para os setores de têxtil e vestuários, couro-calçados, fumo, alimentos industrializados e algumas manufaturas leves de consumo, que se expandiram pontualmente. Estes “segmentos leves e de baixa sofisticação tecnológica ou com poucas exigências de integração inter-industrial têm se deslocado para os estados da Região Nordeste, em função da exigência de matérias primas, trabalho barato e incentivos fiscais” Diniz (2001: 12). Este espraiamento de alguns ramos *wage goods* se encontra constrangido pelo padrão de alta concentração na distribuição de renda do país e na estreiteza dos mercados internos periféricos, exceção para suas áreas metropolitanas e algumas cidades de porte médio.

Tivemos na segunda metade dos 90 a confirmação de uma vulnerabilidade externa estrutural, com alto déficit em transações correntes com o exterior que impede o rebaixamento dos juros e a diminuição da pressão cambial. Assim, mesmo praticando juros escorchantes não se logra criar diques à desvalorização do real. Este debilitado ambiente macroeconômico acelerou ainda mais o “desadensamento” de algumas cadeias, com destaque para as de telecomunicações, informática, eletroeletrônicos, bens de capital e química, que passaram a importar maciçamente e reduziram suas exportações.

As vulnerabilidades são estruturais. É bom sempre lembrar que a industrialização brasileira se processou em um ambiente acolhedor de interesses conflitantes, em que não coube o redesenho do aparelho financeiro (supridor de crédito de longo prazo), do aparelho fiscal (não-regressivo e com carga impositiva adequada e mecanismos anti-evasão de tributos) e do aparelho de ciência, tecnologia e de aprendizagem (gerador, absorvedor e adaptador de inovações). Como não se logrou a constituição de um núcleo autóctone de dinamização tecnológica e o Estado não conseguiu articular um sistema nacional de inovações, muitos autores passam a depositar toda a confiança nos sistemas localizados, que seriam viáveis na pequena escala.

Como pensar na construção, em qualquer escala, de competitividade sistêmica e na mobilização de forças econômicas locais se a equação política e econômica

cristalizada no Brasil passa necessariamente pela valorização dos capitais “domésticos” não-industriais?. Esses capitais sobrevivem econômica e politicamente ancorados em uma pactuação singular de órbitas e circuitos reprodutivos, que se entrecruzam, porém passam sempre pela propriedade fundiária monopolista (rural e urbana) como alicerce do poder político, pelos circuitos imobiliários capciosos, pela manutenção patrimonialista, pela especulação legitimada e bancada pela ação estatal, etc. O certo é que “sabemos muito pouco sobre a articulação entre a industrialização e os movimentos das órbitas subordinadas, que, pela peculiar constituição de nosso capitalismo, obtém do político uma fração substancial do excedente geral do sistema”. Uma dificuldade chave para o entendimento da equação política montada é que “as órbitas subordinadas do ponto de vista da industrialização não o são sob o ponto de vista político” (Lessa e Dain, 1982: 225). Sobretudo, entendemos que desconhecemos grande parte da dinâmica e dos “segredos” e idiossincrasias e da natureza da subordinação destas órbitas e circuitos não-industriais. Não desvendamos sua lógica de valorização fundado nos lucros extraordinários diferenciais ancorados na “esfera da circulação” e que tiveram sempre uma articulação genética com o Estado. Os circuitos se interpenetram, mesclando os circuitos especulativo, imobiliário, comercial e “bancário”/usurário, determinados por sua dupla face mercantil e financeira, requerendo recorrentemente algum privilégio público. Assim, as pesquisas precisam investigar como se dá a valorização da pluralidade das diversas e heterogêneas frações do capital, com diversos portes, nos diversos setores, nas diversas regiões e nos diversos urbanos brasileiros. E a prática política local deve combatê-las se pretender engendrar qualquer processo de desenvolvimento.

Assim, o enfrentamento teórico e político destes modismos deve se inspirar no velho e bom estruturalismo latinoamericano e ser orientado por uma visão de que o subdesenvolvimento não passa com o tempo (sendo persistente), tende a se agravar com o tempo (tendo alta cumulatividade), se não for contraposto por forças de intervenção poderosas (tendo alta irreversibilidade). Mas sobretudo, todos os localismos devem ser enfrentados por uma interpretação que reconheça que quando se fala em DESENVOLVIMENTO, no adequado sentido de “alargamento dos horizontes de possibilidades” se está falando necessariamente de suas duas faces: 1) aquela (mais atraente) própria dos processos de se arranjar, montar, dar sentido, direção, coerência às transformações que uma sociedade quer armar e projetar para o futuro, dispondo de certos instrumentos eleitos para determinados fins; 2) aquela



(menos sedutora) própria dos processos de se desmontar, desarranjar, importunar, constranger, frustrar expectativas e ações deletéria à construção social.

Neste contexto, fugindo de uma idéia de que desenvolvimento trás consigo uma idéia de calma, tranquilidade e equilíbrio, é preciso deixar claro que o desenvolvimento significa, por sua própria natureza, um estado de tensão. Significa se predispor o tempo todo, embaraçar, estorvar, transtornar e obstaculizar as forças do atraso estrutural. Desenvolvimento é a anti-serenidade, a anti-concórdia prévia, é a não “paz de espírito”.

Como o desenvolvimento não transborda, não entorna, não derrama, (em um certo sentido, “não se difunde”) ele precisa ser arrancado, tirado à força, destruindo privilégios. Assim, realizar a gestão de projeto desenvolvimentista significa, em qualquer escala, “mecher com caixas de vespas”, “colocar o dedo nas feridas”, não tampar feridas ou usar analgésicos, mas tensionar permanentemente. É distorcer a correlação de forças, importunar diuturnamente as estruturas e coalizões tradicionais de dominação e reprodução do poder. É exercer em todas as esferas de poder uma pressão tão potente quanto o é a pressão das forças que perenizam o subdesenvolvimento.

Assim, longe de uma visão de que o poder, a propriedade, etc. vêm sendo diluídos, se tornando dispersos na atmosfera sinérgica das eficiências coletivas e solidárias de um determinado local “que deu certo”. Talvez a falha mais grave, em última instância, da literatura *up-to-date* sobre desenvolvimento local e regional é que ela negligencia totalmente a questão fundamental da hegemonia e do poder político.

Alternativamente, e sob inspiração gramsciana, devemos pesquisar os processos assimétricos em que um agente privilegiado (os centros de decisão) detém o poder de ditar, (re)desenhar, delimitar e negar domínio de ação e raio de manobra de outrem. É preciso ter clareza que apenas o ser hegemônico detém real poder de iniciativa, de “endogenia de desenvolvimento”, de regulação e de administração dos limites e possibilidades para si e dos outros (Brandão, 2000). Só o poder hegemônico tem real capacidade de enquadramento e hierarquização de relações, processos e estruturas e é o portador do novo (por exemplo, do domínio tecnológico). Dada uma certa correlação de forças, posta em determinado tempo-espço, é preciso perscrutar a força coercitiva, os níveis e graus de “consentimento” para o domínio e exercício de direção de um determinado “bloco histórico”. Dessa forma, a afirmação enquanto

núcleo hegemônico pressupõe algum grau de autonomia reprodutiva, de capacidade inovativa (em contraponto aos “outros” - os subordinados) e de direção persuasiva cultural-ideológica sobre o conjunto, exercida no interior de uma determinada aliança.

O poder não é disseminado, obviamente. Existe uma coesão orgânica extra-localizada, que não é abalada pelas iniciativas empreendedoras ou pela atmosfera de progresso. Mas a visão da endogenia exagerada, não reconhecendo esta complexidade social, deposita na vontade dos atores sociais de um determinado recorte territorial todos os requisitos de superação do subdesenvolvimento.

Perde-se neste enfoque localista qualquer perspectiva de se pensar verdadeiramente as heterogeneidades estruturais (produtivas, sociais e espaciais) de países como o Brasil, em processo de desconstrução nacional e de esgarçamento de seu já historicamente frágil pacto federativo. Para se pensar o fortalecimento da federação é preciso encarar a questão complexa de que, no caso brasileiro, “um dos fatores constitutivos da organização federal de nosso Estado é, também, uma ameaça à sua existência” (Affonso, 2000: 132), ou seja, a diversidade regional e a marginalização de uma imensa maioria da população, quando se transformam em assimetria extrema podem desembocar em processos de fratura, inclusive federativa.

Neste sentido, para se pensar a repactuação federativa e a construção de um patamar mínimo de homogeneidade social, como pré-requisitos de um verdadeiro processo de desenvolvimento nacional,

O debate deve ser realizado com consciência das limitações do crescimento econômico para, automaticamente, incluir os excluídos; com uma boa crítica à visão dicotômica política econômica *versus* políticas sociais e não deve resvalar para uma discussão economicista de “falta de dinamismo” para gerar emprego e renda, a fim de possibilitar a inserção orgânica dos excluídos, mas deveria partir das alternativas concretas de construção de cidadania, dignidade, segurança e proteção, com radicalidade democrática.

A grande questão é se perguntar o que pode significar a persistência secular de uma sociedade cindida entre uma grande maioria que se localiza subordinadamente na sociedade, configurando uma verdadeira massa de não-cidadãos e uma pequena minoria privilegiada que goza de direitos civis e garantias sociais plenos?

Uma resposta a esta questão fundamental nos é dada por Florestan Fernandes (1968:

163). Torna-se impossível para a construção de uma sociedade nacional manter parcela tão expressiva da população jazendo condenada a permanecer à margem dos processos de integração social,

“banidos de suas estruturas de poder. Nenhuma sociedade nacional pode existir, sobreviver e ao mesmo tempo construir um *destino nacional* em tais bases. A destruição de estamentos e grupos sociais privilegiados constitui o primeiro requisito estrutural e dinâmico da constituição de uma sociedade nacional. Onde esta condição histórica não chega ou não pode concretizar-se historicamente, também não surge uma ação e, muito menos, uma nação que possa apoiar-se num ‘querer coletivo’ para determinar, por seus próprios meios, sua posição e grau de autonomia entre as demais sociedades nacionais do mesmo círculo civilizatório. Sob este aspecto, a democratização da renda, do prestígio social e do poder aparece como uma necessidade nacional. É que ela – e somente ela – pode dar origem e lastro a um ‘querer coletivo’ fundado em um consenso democrático, isto é, capaz de alimentar imagens do ‘destino nacional’ que possam ser aceitas e defendidas por todos, por possuírem o mesmo significado e a mesma importância para todos”. **“Portanto, desde que se veja o desenvolvimento como ‘problema nacional’, o diagnóstico e a atuação prática implicam ‘querer coletivo’ polarizado nacionalmente”.**

## Bibliografia

- ALVES, Maria A. (2001). Guerra fiscal e finanças federativas no Brasil: o caso do setor automobilístico. Campinas, IE-Unicamp. (dissertação de mestrado).
- AMIN, Ash e ROBINS, Kevin (1992). Regresso das economias regionais? a geografia mítica da acumulação flexível. In: Benko, George e Lipietz, Alain (org.). (1994). As Regiões Ganhadoras – Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Celta Editora, Oeiras, pp.77-101.
- AFFONSO, Rui B. A. (2000). Descentralização e reforma do Estado: a Federação brasileira na encruzilhada. Economia e Sociedade, Campinas, (14): 127-152, jun.
- ARAÚJO, Tânia B. (2000). Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro, Revan.
- BRANDÃO, Carlos A. & MACHADO, Lia O. (2001). “Persistências e Transformações na Configuração do Espaço Urbano e Regional Brasileiro”. IX Encontro Nacional da ANPUR. Anais... Rio de Janeiro, 28 de maio a 1º de junho de 2001.
- BRANDÃO, Carlos A. (2000). “Economia Política e Dimensão Territorial do Desenvolvimento”. IV Encontro Nacional de Economia Política. Anais... Fortaleza, junho.
- CANO, Wilson (2000). Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo, Unesp.
- CANO, Wilson (1998). Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930/95. Campinas, UNICAMP– IE.
- CARDOSO, Fernando H. (1969). “Participação e Marginalidade: notas para uma

- discussão teórica”. In: \_\_\_\_\_(1977). O Modelo Político Brasileiro. Rio de Janeiro, Difel.
- CARDOSO, Fernando H. (1970). “Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade”. In: \_\_\_\_\_(1977). O Modelo Político Brasileiro. Rio de Janeiro, Difel.
- COUTINHO, Luciano (2001). ). “A difícil redução da vulnerabilidade”. Folha de São Paulo, 24 de junho de 2001, p. B2. (Lições Contemporâneas).
- DINIZ, Clélio C. (2001). A nova geografia econômica do Brasil. In: REIS VELLOSO, João P. (2001). Brasil: 500 anos. Rio de Janeiro, José Olympio.
- FERNANDES, Ana C. (2001). “Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo”. Espaço & Debates, São Paulo, (41), 26-45.
- FERNANDES, Florestan (1968). Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar.
- FERNANDES, Florestan (1975). Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução macro-sociológico do Brasil. São Paulo, Editora Nacional.
- FIORI, José L. (2001). Brasil no espaço. Petrópolis, Vozes.
- KOWARICK, Lúcio (1977). Capitalismo e marginalidade na América Latina. São Paulo, Paz e Terra.
- NUN, José (1969). Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. Revista Latinoamericana de Sociología, 5 (2), jul.
- NUN, José (2000). O futuro do emprego e a tese da massa marginal. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, Nº 56, março, pp. 43-62.
- PERROUX, François (1964). L’Economie du XX<sup>e</sup> siècle. Paris, PUF.
- PRADO, Sérgio & CAVALCANTI, Carlos E. G. (2000). A guerra fiscal no Brasil. São Paulo, Fundap.
- QUIJANO, Aníbal (1968). Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica. Revista Mexicana de Sociología, XXX (3), jul.- set. .
- SCOTT, Allen J. *et alii* (2001). Cidades-Regiões globais. Espaço & Debates, São Paulo, (41): 11-25.
- TAVARES, Maria C. (2000). Celso Furtado e o Brasil. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- TAVARES, Maria C. (1999). “Império, território e dinheiro”. In: FIORI, J.L. (org.). (1999). Estado e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes.
- TAVARES, Maria C. (1974). Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Campinas, 3<sup>a</sup> ed., 1998.
- VAINER, Carlos B. (2001). As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? IX Encontro Nacional da ANPUR. Anais... Rio de Janeiro, 28 de maio a 1º de junho de 2001, pp.140-151.